



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Reflexões sobre o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Ceará Mirim (RN)

Reflections on the Minha Casa Minha Vida Program in the city of Ceará Mirim (RN)

Reflexiones sobre el programa Minha Casa Mnha Vida en la ciudad de Ceará Mirim (RN)

COSTA, Simone da Silva (1)

(1) Doutoranda, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, PPGAU, Natal, RN, Brasil; email: mone_win@hotmail.com

Reflexões sobre o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Ceará Mirim (RN)

Reflections on the Minha Casa Minha Vida Program in the city of Ceará Mirim (RN)

Reflexiones sobre el programa Minha Casa Minha Vida en la ciudad de Ceará Mirim (RN)

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre a produção da habitação social no Município de Ceará Mirim (RN) no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, direcionado a população com faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos. A partir de um referencial teórico sobre a avaliação de políticas públicas no Brasil, visitas ao empreendimento; entrevistas com os moradores e registro fotográfico, verificou-se que os quatro empreendimentos apresentam vários problemas na escala da inserção urbana. A ausência de infraestrutura e serviços urbanos, a distância dos centros de comércio e serviços, pólos de emprego e equipamentos de lazer contribui para a produção de um modelo cidade injusta e desigual. De fato, o referido programa, ao priorizar o crescimento do setor de construção civil e, portanto, a geração de renda e emprego praticamente abandonou o debate sobre a moradia digna, cedendo espaço para propagandas que incentivam a compra de um imóvel, transformando a moradia em um produto e objeto de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida, habitação social, inserção urbana, Município de Ceará Mirim

ABSTRACT

This study reflects on the production of social housing in the city of Ceará Mirim (RN) in the scope of the Minha Casa Minha Vida program, which aims at benefitting the population in the income range from 0 to 3 minimum wages. From a theoretical framework about evaluation of public in Brazil, visits to the project, interviews with the locals and photographic recording, it has been found that the four projects present several problems on the scale of urban insertion. The absence of infrastructure and urban services, the distance from the centers of trade and services, labor markets and leisure equipments contributes to the production of an unjust and unequal city model. In fact, this program, by prioritize the growth of the construction industry and therefore the generation of income and employment practically abandoned the debate on adequate housing, giving space for advertisements that encourage the purchase of a property, turning the house in a product and a consumer.

KEY-WORDS: Minha Casa Minha Vida Program, social housing, urban Integration, city of Ceará Mirim

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la producción de vivienda social en el municipio de Ceará Mirim (RN) en el marco del Programa Mi Casa, Mi Vida, dirigido a la población con nivel de ingreso entre 0 y 3 salarios mínimos. A partir de un marco teórico de la evaluación de las políticas públicas en Brasil, las visitas al proyecto, entrevistas con los lugareños y los registros fotográficos, se ha comprobado que los cuatro proyectos de varios problemas en la escala de integración urbana. La falta de infraestructura y servicios urbanos, la distancia de los centros de comercio y servicios, centros de empleo equipo y la recreación contribuye a la producción de una ciudad injusta y desigual del modelo. De hecho, este programa, al dar prioridad el crecimiento de la industria de la construcción y por lo tanto la generación de ingresos y empleo prácticamente abandonó el debate sobre una vivienda adecuada, dando espacio para los anuncios que fomenten la compra de una propiedad, convirtiendo la casa en un producto y objeto de consumo.

PALABRAS-CLAVE: Programa Minha Casa, Minha Vida, vivienda social, inserción urbana, ciudad de Ceará Mirim

1 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS

Nas últimas décadas do século XX, a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande importância para as funções de planejamento e gestão urbana. Durante este período, a economia brasileira sofreu grandes transformações, repercutindo também nas suas políticas habitacionais. A crise do modelo de Estado baseado no Welfare State, a falência do modelo de desenvolvimento burocrático-capitalista associada a uma série de crises sociais, econômicas e políticas contribuíram para o desmantelamento da política habitacional adotada no pós-64 (PEREIRA, 2001, p. 8).

Após o fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, a qualidade de vida e moradia da população de baixa renda piorou consideravelmente. A baixa capacidade de pagamento, o elevado preço da terra urbanizada aliada ao fraco alcance dos diversos programas habitacionais implementados no pós – BNH, tais como: o Pró-Moradia, o Programa Carta de Crédito, o PAR, entre outros, induziram um expressivo contingente da população a residir em assentamentos precários e informais, geralmente produzidos por meio da autoconstrução, “em áreas ocupadas de forma desordenada, muitas vezes sujeitas risco de erosão, desmoronamentos, alagamentos ou enchentes e, notadamente, caracterizando-se pela precariedade habitacional e urbana” (BRASIL, 2010, p. 9).

Em meio à crise financeira, os municípios brasileiros passaram a depender cada vez mais de empréstimos e financiamentos externos para alavancar seus projetos sociais e urbanos. A condição para se ter acesso aos recursos, no entanto, estava condicionada a criação de sistemas de avaliação que pudessem medir a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais. Origina-se, a partir de então, o Estado avaliador. É dentro deste contexto que tanto os financiadores externos (Banco Mundial e o Fundo Monetário), como os demais setores da sociedade passaram a cobrar mais transparência e efetividade dos governos, os quais só poderiam ser alcançados através da criação de um sistema de avaliação de políticas públicas (CARDOSO e SANTOS, 2001, p. 14).

De acordo com Bozzi (2001), a avaliação de uma política é importante porque permite conhecer os motivos que propiciaram a sua formulação e os resultados que se obteriam após a sua efetivação. Segundo Bryan Barry apud Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 108), “avaliar é atribuir valor: determinando se as coisas são boas ou más, tanto no sentido qualitativo, quanto no sentido quantitativo”. Avaliar uma política ou programa habitacional, por exemplo, revela uma inquietação do avaliador em definir até que ponto o Estado tem contribuído, ou não, para a produção de projetos habitacionais de interesse social dotados de padrões tipológicos, construtivos, estéticos, de localização e de inserção urbana que contribuam para a construção de cidades sustentáveis. Neste caso, o avaliador observará quais os princípios de justiça presente nas políticas ou programas e suas possíveis consequências nas condições de vida da população (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

Existe uma tipologia bastante diversificada de avaliações de políticas e programas sociais. Para efeitos deste estudo enfatizaremos a avaliação de impacto. Para Draibe (2001), a avaliação de impacto tem por finalidade medir os resultados dos efeitos da política. Ou seja, procura examinar se houve algum tipo de transformação após sua execução, a dimensão destas mudanças, quais segmentos afetaram e em que medida, e quais foram as contribuições dos distintos componentes da política para atingir seus objetivos.

Nas políticas de habitação social que se propõem a construir cidades sustentáveis, os impactos

desejados devem estar previstos no planejamento e levado em consideração na sua execução, constituindo-se nos impactos esperados. Caso contrário, os impactos são considerados não esperados. Cabendo ainda serem positivos ou negativos, podendo estar de acordo ou não com determinada política pública (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

A ausência de transporte público, deficiências na coleta de lixo que afetam a saúde da população, habitações populares produzidas com materiais de baixa qualidade, a falta de policiamento nos bairros, bem como a o espraiamento urbano, a segregação socioespacial, a consolidação de grandes vazios urbanos, bairros monofuncionais, formação de áreas isoladas ou desarticuladas da malha urbana, sem diversidade de usos e grupos sociais são exemplos de impactos negativos não esperados de um programa habitacional.

2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: INSTRUMENTO PARA ACUMULAÇÃO URBANA

Na atualidade, a avaliação de políticas públicas, em particular, das políticas habitacionais vem ganhando bastante destaque, tendo em vista os grandes investimentos do governo federal na execução da primeira fase do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV1), Lei 12.424/2011, no ano de 2009 em todo o território nacional. Mesmo diante dos vultosos recursos, os empreendimentos produzidos para a habitação de interesse social (HIS), ou seja, para a população que ganha até três salários mínimos, vem apresentando um padrão de urbanização bastante problemático.

As marcas dessa urbanização são a alta vulnerabilidade às calamidades naturais, a falta de perspectivas de trabalho próximo à residência, a ausência de transportes e de conexão com as áreas mais centrais, a falta de equipamentos de educação e saúde, e a violência, que aumenta na mesma proporção em que o Estado se faz ausente (FERREIRA, 2012, p. 13).

O programa, em sua primeira versão, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3). Para as faixas 1 e 2, a meta é produzir 400 mil unidades habitacionais. Já a faixa 3 tem por meta construção de 200 mil unidades habitacionais (ver quadro 1).

Quadro 1 – Faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida 1 urbana

Faixas de renda mensais	Metas das unidades habitacionais
Até R\$ 1.600	400 mil
Até R\$ 3.100	400 mil
Até R\$ 5.000	200 mil

Fonte: <http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida/ms>. Acesso em 01/03/2014

A divisão do programa por faixas de rendas, a pressão por resultados e o despreparo dos municípios para organizar administrativamente e geograficamente o programa, tem repercutido na criação de um modelo de cidade menos igualitária. Quem ganha mais, mora melhor. É a prevalência do componente econômico sobre o social. Neste sentido, a injustiça territorial e a desigualdade socioespacial são facilmente identificadas no espaço urbano dos municípios brasileiros através da paisagem geográfica. Na Região Metropolitana de Natal (RN), por exemplo, os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV1 que auferem renda mensal até R\$ 3.100,00 desfruta de um tipo de moradia e de urbanização que é visivelmente bem superior ao modelo produzido para quem recebe até R\$ 1.600,00 (ver figura

1). Uma sociedade dividida em classes, portanto, produz um espaço que é fruto da racionalidade segregadora própria mesma do capitalismo, o qual procura expulsar para as periferias desurbanizadas todos os elementos e pessoas que considera incômodos, inconvenientes ou mesmo ameaçadores.

Figura 1 – Empreendimentos do PMCMV1 na RMNatal por faixa de renda.



Fonte: acervo da autora.

Adicionada a esta racionalidade segregadora, o PMCMV1 apresenta ainda um descompasso quando analisado sob os princípios da Política Nacional de Habitação (PNH). Segundo Bonduki et. al. (2009), a PNH é regida pelos princípios de (i) Direito à moradia; (ii) Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; (iii) Função social da propriedade urbana; (iv) Questão habitacional como uma política de Estado; (v) Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade e (vi) Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.

Com a implementação do PMCMV no ano de 2009, o modelo criado pela PNH sofreu uma considerável modificação. Esta mudança de rumo foi decisiva para a alteração das possibilidades e potencialidades da política habitacional de interesse social quanto ao enfrentamento efetivo do déficit habitacional brasileiro para a população de baixa renda (Krause, et. al., 2013). Os objetivos da política foram canalizados para minimizar os efeitos da crise capitalista mundial ocorrida no ano de 2008.

Para Harvey, é comum nos períodos de crise, o Estado utilizar o controle macroeconômico para evitar a recessão por meio do crescimento equilibrado da economia com a adoção de políticas monetárias e fiscais. Nestes períodos, declara o autor: “a demanda da classe trabalhadora por boa moradia talvez seja cooptada por um programa público de habitação, que serve para estabilizar a economia e para aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo” (HARVEY, 2005, p. 48).

Portanto, a criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais o PMCMV tem contribuído muito mais para a acumulação de capital do que para a efetivação de um modelo de cidade onde a população de baixa renda tenha acesso a terra urbanizada e bem localizada. Pelo contrário, o PMCMV1 tem reproduzido o modelo histórico de urbanização brasileiro, caracterizado pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial.

O desordenamento do crescimento periférico associado à profunda desigualdade entre áreas pobres, desprovidas de toda a urbanidade, e áreas ricas, nas quais os equipamentos urbanos e infra-estruturas se

concentram, aprofunda essas características, reforçando a injustiça social de nossas cidades e inviabilizando a cidade para todos (VOTRI, 2011, p. 21).

Segundo Lefebvre (2001, p. 4) é preciso que a cidade, enquanto centro da vida social e política seja usufruída por todos, pois além da sua capacidade de acumular riquezas, “acumula também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)”. Para o autor, a cidade é uma obra que possui valor de uso, mas o capitalismo a transformou num valor de troca, ou seja, numa mercadoria:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas, das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

À semelhança do que ocorre no processo produtivo, onde se constata a luta de classes pela repartição do produto do trabalho, no urbano também se verifica os conflitos entre os poderosos e os oprimidos. Estes, não se intimidam com sua fragilidade, mas lutam pelo direito de participar e contribuir para a beleza da obra: “no contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o direito de pertencer (...), têm a Cidade por local, por arena” (LEFEBVRE, 2001, p. 6).

Para Lefebvre, portanto, o direito à cidade é um movimento em direção à constituição de uma democracia concreta, onde se constitui ou reconstitui uma unidade espaço-temporal. Na verdade, o direito à cidade implica e aplica o conhecimento da produção do espaço não fragmentado, no qual é imprescindível o conhecimento da vida cotidiana, pois é nesta que se desenvolve a práxis social. Excluir classes, grupos ou indivíduos do urbano, implica excluí-los da civilização.

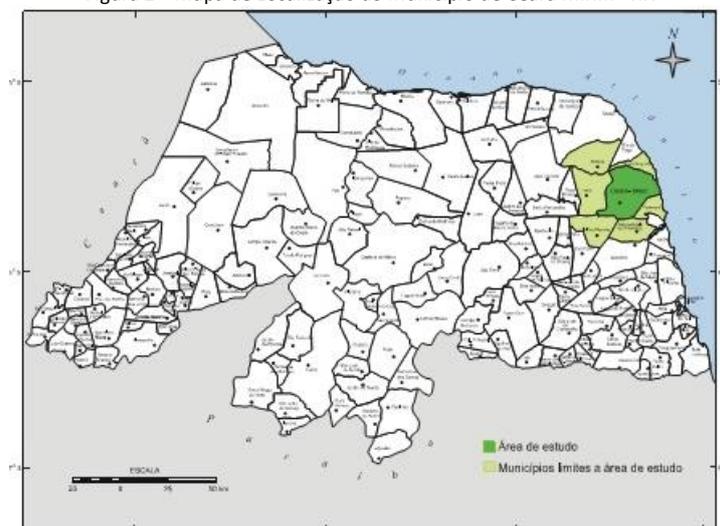
Enfim, no capitalismo, a produção (seja da habitação, seja da Cidade enquanto obra) deixa de ser utilizada para satisfazer as necessidades de autoconsumo, para ser comercializada no mercado. Neste contexto, a cidade e a realidade urbana tendem a serem destruídas tendo em vista a subordinação do urbano às necessidades de reprodução do capital. Consequentemente, grande parcela da população foi e continua sendo, paulatinamente, excluída do Direito à Cidade, afastados da realidade urbana por uma política pública discriminatória e segregadora.

3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CEARÁ MIRIM (RN)

O município de Ceará Mirim, localizado na zona homogênea do litoral oriental do Estado do Rio Grande do Norte, aderiu ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida em maio do ano de 2009. Segundo o IBGE (2010) ¹, o município possui uma população de aproximadamente 68.141 habitantes com índice de desenvolvimento humano (IDH) médio de 0,616. Limita-se ao norte com pureza e Maxaranguape; ao sul com São Gonçalo do Amarante e Ielmo marinho; a leste com o oceano atlântico e Extremoz; e a oeste com Taipu. Além disso, o município faz parte da região metropolitana de Natal com área territorial de 724, 381 km² (ver figura 1).

¹ Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso 10/04/2014.

Figura 2 – Mapa de Localização do Município de Ceará Mirim - RN



Fonte: Montenegro (2004, p. 12).

A entrega dos quatro empreendimentos do PMCMV1- HIS, denominados de Residencial Mar, Terra, Fauna e Flora, foram construídos no bairro Terra Santa e entregues em agosto de 2011. Este bairro encontra-se nas proximidades da BR-406, zona de expansão urbana do município. Os empreendimentos, no entanto, não têm produzido os impactos positivos esperados para a população beneficiada. A comunidade tem enfrentado diversos problemas referentes a escassez de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, os quais dificultam tanto a interação entre os moradores quanto o estabelecimento de relações com o entorno imediato. Ao se observar a paisagem onde os empreendimentos foram construídos é possível verificar as péssimas condições da habitação, ou seja, é uma paisagem que suscita memórias desagradáveis e culturalmente pouco enriquecedoras (ver figura 3).

Na entrevista aos moradores do bairro sobre a acessibilidade ao centro do município de Ceará mirim, a maioria dos moradores afirmou encontrar dificuldades de mobilidade, em virtude da escassez do transporte público e do elevado preço cobrado pelos “motos taxis”. Certamente que a escolha desta má localização resulta, em parte, da liberdade que os agentes imobiliários responsáveis pelo programa possuem de tratar e negociar a moradia como uma mercadoria, ou seja, a livre mercantilização.

Na realidade, a avaliação empreendida constata que o PMCMV1-HIS no município em questão vai configurando seu espaço, sem se contrapor à geografia desigual do desenvolvimento capitalista que explica o processo de urbanização brasileiro, de assentamento das classes menos favorecidas em periferias distantes, com o ônus individual de obter os demais meios de reprodução da vida (equipamentos públicos, acessibilidade, oportunidades de trabalho, lazer etc.).

Figura 3 – Empreendimento do PMCMV1-HIS em Ceará Mirim - RN



Fonte: acervo da autora

Por outro lado, o modelo da política adotada se mostra ineficaz por outro motivo: não há uma preocupação com os problemas sociais da população local, mas apenas com a venda da moradia. Planejar o espaço, nesta perspectiva, é considerá-lo apenas como um espaço onde se desenvolvem as estratégias do capital para se valorizar, tais como a sua fragmentação visando sua compra e/ou venda. Tal fragmentação é uma afronta ao direito à cidade, pois impõe barreiras aos cidadãos de ter acesso às redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas (LEFEVBRE, 2008).

Figura 4 – Empreendimento do PMCMV1-HIS em Ceará Mirim - RN



Fonte: acervo da autora

O que se verifica, portanto, no município de Ceará Mirim é uma regressão da urbanidade, em virtude da baixa qualidade e da fraca integração da vida urbana. Além disso, a inexistência de postos policiais transforma as longas ruas em áreas desertas. A população temerosa, reclusa em suas humildes habitações, perde a oportunidade de praticar a arte do encontro. Ainda que houvesse segurança para andar pelas calçadas do bairro, os espaços construídos para o desenvolvimento das atividades de lazer e recreação não se encontram adequados, tendo em vista a sua visível precariedade e abandono pelo poder público (ver figura 6).

Figura 5 – Empreendimento do PMCMV1-HIS em Ceará Mirim - RN



Fonte: acervo da autora

Figura 6 – Espaço de lazer (PMCMV1-HIS em Ceará Mirim/RN)



Fonte: acervo da autora.

Enfim, o modelo de urbanismo excludente desenvolvido pelo PMCMV1-HIS em Ceará Mirim favorece o processo de segregação das classes sociais menos desfavorecidas, enquanto método necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. A escassez da infraestrutura e dos serviços urbanos dificulta a mobilidade e fortalece a prática do isolamento e o não contato com o diferente, como os mercados produtivos e de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado anteriormente, os quatro empreendimentos do PMCMV1-HIS, denominados de Residencial Mar, Terra, Fauna e Flora, construídos no bairro Terra Santa e entregues em agosto de 2011, no município de Ceará Mirim, tem contribuído muito mais para a acumulação urbana do que para a efetivação de um modelo de cidade onde a população de baixa renda tenha acesso a terra urbanizada e bem localizada, representando assim uma inflexão na trajetória do reconhecimento da moradia enquanto direito constitucional.

Pelo contrário, o modelo tem reproduzido o padrão histórico de urbanização brasileiro, caracterizado pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial, apresentando assim uma regressão da urbanidade, resultado da baixa qualidade e da fraca integração da vida urbana. A ausência de transportes públicos impede o acesso aos serviços urbanos, tais



como: escolas, hospitais, postos de correio, postos policiais, etc., bem como aos mercados de trabalho. Outro grave problema diz respeito à dificuldade dos moradores de desempenhar suas práticas e relações sociais nesse espaço quase que sem vizinhança e sem equipamentos de lazer adequado.

Enfim, o PMCMV-HIS, ao permitir a efetivação do processo de mercantilização da cidade, tendo o Estado como principal guia, transformou a política de habitação de interesse social, inicialmente entendida como um mecanismo facilitador para que a população de baixa seja excluída do urbano. Excluir classes, grupos ou indivíduos do urbano, implica excluí-los do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.
- BOZZI, S. O. *Evaluación de la gestión pública: conceptos y aplicaciones en el caso latinoamericano*. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 52, n. 1, jan./mar. 2001.
- CARDOSO, L. A.; SANTOS, R. L. *Avaliação de Desempenho da Ação Brasil: Problemas e Perspectivas*. XV Concurso de Ensayos del CLAD "Control y evaluación del Desempeño Gubernamental". Caracas, 2001.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; Maria do Carmo Brant de CARVALHO (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- FERREIRA, J. S. W. *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*. Coordenador João Sette Whitaker Ferreira. – São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.
- FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. *Avaliação política e avaliação de políticas*. *Análise & Conjuntura*, v.1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.
- KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. *Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?* Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MONTENEGRO, M. E. A produção do espaço rural do município de Ceará Mirim. *Dissertação de Mestrado*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2004.
- PEREIRA, L. C. B. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 50, n. 4, out./dez. 1999.
- VOTRI, A. A. Regularização fundiária sustentável. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau (FURB), 2011.